

CARTILHA

LGPD

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Lei Federal nº 13.709/2018
Decreto Estadual nº 26.451/2021



MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador do Estado de Rondônia

FRANCISCO LOPES FERNANDES NETTO
Controlador-Geral do Estado

ETELVINA DA COSTA ROCHA
Ouvidora-Geral do Estado

TIAGO LOPES DE AGUIAR
*Coordenador do Comitê Gestor de Privacidade e
Proteção de Dados Pessoais (CGPD)*

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cláudia Guarim dos Santos
Assessora

Antonio Rodrigues Vieira
Assessor

Daniela Lacerda Cavalcante dos Santos
Assessora

Emily Nogueira Pires
Assessora

Italo Luiz Fernandes
Assessor

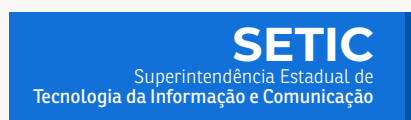
Sarita Pantoja Pereira
Assessora

Sara Grécia Nogueira
Assessora

Maria Gabriela S. Galvão
Membro CGPD



COLABORAÇÃO



Sumário

| | |
|-------------------------------------|---|
| 1. APRESENTAÇÃO..... | 1 |
| 2.O QUE É A LGPD?..... | 1 |
| 3. FUNDAMENTOS DA LGPD..... | 1 |
| 4. PRINCIPAIS CONCEITOS | |
| 4.1: Dado pessoal..... | 2 |
| 4.2: Dado pessoal sensível | 2 |
| 4.3: Dado anonimizado..... | 3 |
| 4.4: Tratamento de dados..... | 4 |
| 5. PRINCIPAIS ATORES..... | 5 |
| 6. PENALIDADES..... | 6 |
| 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 7 |



1. APRESENTAÇÃO

A Lei nº 13.709 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais foi aprovada em agosto de 2018 e regulamentada no Estado de Rondônia em outubro de 2021 por meio do Decreto nº 26.451 de 4 de outubro de 2021. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais também conhecida como LGPD trouxe segurança jurídica, padronizando normas e práticas, promovendo a proteção de dados pessoais de todos os cidadãos.

Com a LGPD, o Brasil se tornou um dos poucos países com legislação específica sobre proteção de dados pessoais.

A elaboração da LGPD foi pautada no General Data Protection Regulation (GDPR), Regulamento de Proteção de Dados da União Europeia. A proteção de dados pessoais passou a ser um direito fundamental pela Emenda Constitucional nº 115 de 10 de fevereiro de 2022. art 5º, LXXIX - que dispõe ser “assegurado, nos termos da lei o direito de proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.”

2. O que é a LGPD?

A LGPD é uma inovação e está em consonância com os regramentos internacionais mais atuais a respeito da proteção de dados. Ela foi criada para regular o tratamento de dados pessoais dos cidadãos, inclusive no meios digitais, visando proteger seus direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (pessoa física). Sua aplicação se estende a qualquer pessoa, natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realize o tratamento de dados pessoais, online e/ou offline.

3. Fundamentos da LGPD



4 PRINCIPAIS CONCEITOS



4.1 Dado Pessoal

Aquele que permite a identificação, direta ou indireta, da pessoa à qual o dado se refere. A figura abaixo traz alguns exemplos.



4.2 Dado Pessoal Sensível

Um dado pessoal sensível é a informação de pessoa física que a identifica ou a torna identificável. No entanto, o dado pessoal sensível tem uma particularidade, pois se refere a aspectos que podem levar a vulnerabilidade/fragilidade ou a discriminação do titular. A figura a seguir traz alguns exemplos.



Exemplo: Elisabete (nome fictício) tem o CPF de número 888.888.888-0, é cristã, de origem japonesa, vive na Bahia e gosta de música pop.

Nesse caso, o fato de ser cristã e de origem japonesa é o que seriam considerados “dados sensíveis” pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

4.3 Dado Anonimizado

Relativo a um usuário que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião do seu tratamento.

Um dado só é considerado efetivamente anonimizado se não permitir que, via meios técnicos e outros, se reconstrua o caminho até “descobrir” quem era o titular daquele dado - se de alguma forma a identificação ocorrer, então ele não é, de fato, um dado anonimizado e sim, apenas um dado pseudonimizado e estará sujeito a LGPD.

Segundo especialistas, dados anonimizados são essenciais para o crescimento da inteligência artificial. Sempre que possível, uma organização, pública ou privada, deve realizar a anonimização de dados pessoais, pois isso aperfeiçoa a segurança da informação e gera, assim, mais confiança em seus serviços e para seu público.

Fonte: Serpro

4.4 Tratamento de dados

O tratamento de dados pessoais pode ser realizado tanto com dados em meios físicos, incluindo papel, fotografia ou outros, quanto em meios digitais por meio de sistemas (SEI, FALA.BR, E-MAIL, etc.)

De acordo com a LGPD, existem 10 hipóteses legais que legitimam o tratamento de dados pessoais. São elas:



X

- 1 - Mediante fornecimento de **consentimento** pelo titular;
- 2 - Para o cumprimento de **obrigação legal** ou regulatória pelo controlador;
- 3 - Pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de **políticas públicas** previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres;
- 4 - Para a realização de **estudos** por órgãos de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- 5 - Quando necessário para a execução de **contrato** ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato, do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;
- 6 - Para o **exercício regular de direitos** em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- 7 - Para a **proteção da vida** ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;
- 8 - Para a tutela da **saúde**, em procedimento realizado por profissionais da área da saúde ou por entidades sanitárias;
- 9 - Quando necessário para atender aos **interesses** legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos ou liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais;
- 10 - Para a proteção do **crédito**, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

5 PRINCIPAIS ATORES



5. Atores

1 - Controlador:

Pessoa natural ou jurídica, pública ou privada, a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais

3 - Encarregado:

Pessoa natural indicada pelo controlador, atua como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

2 - Titular:

Pessoa natural a quem pertence os dados pessoais.



4 - Operador:

Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

5 - ANPD:

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD é o órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da lei em todo o território nacional.

PENALIDADES

6



6. Penalidades

O tratamento de dados deverá ser feito com a máxima prudência, visto que a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais em seu artigo 52, prevê sanções em caso de infrações, conforme abaixo:

- A - Advertência**, indicando o prazo para adoção de medidas corretivas;
- B- Publicização** da infração após devidamente apurada e confirmada sua ocorrência;
- C - Bloqueio** dos dados a que se refere a infração até sua regularização;
- D - Eliminação** dos dados pessoais a que se refere a infração.

A fiscalização e aplicação das penalidades acima, serão feitas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.



7. Referências Bibliográficas

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA - DECRETO ESTADUAL Nº 26.451/2021. Disponível em:
<https://rondonia.ro.gov.br/wp-content/uploads/2021/10/2021-Decreto-26451-LGPD-e-Comite-no-Gov.-Rondonia.pdf>

CARTILHA DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT. Disponível em:
https://www.gov.br/dnit/pt-br/aceso-a-informacao/protecao-de-dados-pessoais-lgpd/cartilha_lgpd_2021.pdf

CARTILHA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ – MPPI. Disponível em:
<https://www.mppi.mp.br/internet/wp-content/uploads/2022/06/Cartilha-Ouvidoria.pdf>

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ – CGE-PR. Disponível em:
https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/cartilha_lgpd.pdf

TEC MUNDO - O QUE É LGPD? Disponível em:
<https://www.tecmundo.com.br/seguranca/220645-lgpd-lei-geral-protecao-dados-pessoais.htm>

O QUE SÃO DADOS SENSÍVEIS? Disponível em:
<https://tecnoblog.net/responde/o-que-sao-dados-sensiveis-segundo-a-lgpd/>

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO. Disponível em:
<https://ava.escoladegoverno.ro.gov.br/course/view.php?id=10>

MINISTÉRIO PÚBLICO DE RIO GRANDE DO SUL. Disponível em:
https://www.mprs.mp.br/media/areas/lgpd/arquivos/cartilha_lgpd.pdf



(69) 0800-647-7071

(69) 3216-1015

(69) 3212-8050



ouvidoriaro@ouvidoria.ro.gov.br



Palácio Rio Madeira - Centro Político Administrativo
Av.Farquar 2986 - Bairro Pedrinhas, Edifício Rio Jamarí - Térreo.
Porto Velho - Rondônia.

